

Medidas de ajuste saem até o dia 20

Ruy Fabiano
de Brasília

O presidente Fernando Henrique informou ontem, em sua fala à nação, que o programa de ajuste fiscal para o período de 1999 a 2001 será anunciado até o próximo dia 20. O presidente resumiu o objetivo das medidas: preservar o real e estancar a elevação da dívida pública para que o País baixe os juros e recupere a capacidade de crescer.

O presidente admitiu que serão feitos cortes em programas sociais, mas que não descuidará "nem da educação, nem da saúde, nem da reforma agrária, que são programas permanentes". Garantiu que um dos focos centrais de sua ação será contra desperdícios e privilégios na máquina administrativa, onde insistiu que há "funcionários em excesso".

O presidente disse que é fundamental que estados e municípios se engajem no esforço do ajuste, sem prejuízo de sua autonomia. Afirmou que as medidas serão discutidas com o Congresso e que "não haverá susto". "O Brasil todo vai discuti-lo e esse programa vai ser mostrado aos financiadores internacionais com toda a sinceridade, pois não acreditamos em trapaças." O presidente conclamou a oposição ao diálogo, lembrando que "é preciso respeitar a vontade das urnas". Disse que o desafio posto "não é tarefa para ser cumprida por alguém que se pense iluminado". E pediu "solidariedade para com a nação, para com objetivos que não são meus, mas de todos os que têm sentimento da história".

Fernando Henrique mencionou a necessidade de retomar e acelerar as reformas no Congresso e disse que, neste momento de crise, o diálogo tornou-se imperativo de ordem interna e externa. "Neste meu segundo mandato, trabalharei com empenho ainda maior para que o Congresso dê os passos necessários para complementar as reformas, que são essenciais." E citou as mais importantes: a previdenciária; a política; a administrativa, a tributária, além de leis complementares, fundamentais para que os estados se ajustem. "Governores e prefeitos são partes desse processo e sua autonomia implica também responsabilidade. Nós vamos propor leis — e espero que o Congresso as aprove — que permitam aos governadores fazer esses ajustes, sobretudo que os contratos com o Tesouro sejam honrados."